



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

## **MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – EXERCÍCIO 2020**

**Emitente:** Controladoria da Câmara Municipal de Viana

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Viana

**Gestor responsável:** Fábio Luiz Dias

**Exercício:** 2020

### **RELATÓRIO**

#### **1. Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno avaliou referente ao exercício supramencionado, pontos de controle considerados relevantes para uma boa gestão, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

O presente relatório consistirá na averiguação da execução orçamentária, tendo como pontos de análise créditos orçamentários e adicionais, receita e despesa, gastos com pessoal, aplicações, bens patrimoniais, disponibilidades financeiras. O conteúdo consiste em verificar o atendimento à legislação vigente, com suporte documental analítico utilizado por esta unidade de controle interno, visando averiguar a veracidade das informações e relatórios contábeis, financeiros e operacionais.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.

#### **1. Itens de abordagem prioritária**



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

## 1.2. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias- parte servidor.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários.	Relatórios Contábeis.	- CF/88, art. 40. - LRF, art. 69. - Lei 9.717/1998, art. 1º. - Lei 8.212/1991. - Lei Local. - Regime de Competência.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.

## 1.3. Gestão Patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis – registro contábil compatibilidade com inventário.	Balanco Patrimonial (contábil) e Inventário Anual.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.3.3	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	Relatórios Contábeis e Extratos Bancários.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Verificação documental.	Banestes.	01 (uma) Instituição Financeira.
1.3.4	Disponibilidades financeiras – depósito	Relatórios Contábeis e	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificação	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA**  
Plenário João Paulo II

	e aplicação.	Extrato Bancário.		documental.		
--	--------------	-------------------	--	-------------	--	--

### 1.4. Limites Constitucionais e Legais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.4.7	Despesas com pessoal – limite.	Relatório de Gestão Fiscal.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.
1.4.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato.	Relatório de Gestão Fiscal.	LC 101/2000, art. 21.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.
1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações.	Relatório de Gestão Fiscal.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção.	Relatório de Gestão Fiscal.	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	3 quadrimestres.	3 quadrimestres.
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento.	Relatórios contábeis.	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação.	Relatórios contábeis.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento.	Relatórios contábeis.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores.	Relatórios contábeis.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total.	Relatórios contábeis.	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 (doze) meses.	12 (doze) meses.

### 1.5. Demais atos de gestão.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA – compatibilidade com o normativo do TCE.	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Verificação documental.	01	01

## 2. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal:

Avenida Florentino Avidos, nº40 – Centro- Viana/ES- CEP 29.130-065

<http://www.camaraviana.es.gov.br>



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

## 2.1. Repasses do Duodécimo

A Constituição Federal dispõe sobre limites de despesas com o Legislativo Municipal. A Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000 foi promulgada com o objetivo de editar regras e impor limites, que deverão utilizar como parâmetros a receita tributária e as transferências constitucionais.

Nos termos do artigo 29-A CF/1988, a base de cálculo para os repasses ao Legislativo dos municípios com população até 100.000 habitantes é de 7% sobre o somatório da receita tributária e o somatório da receitas de transferências correntes, previstas no §5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159 CF/1988, efetivamente realizados no exercício anterior.

Base de cálculo para apuração do repasse 2020: (receita arrecadada em 2019)	R\$ 136.666.690,04
Valor permitido para repasse em 2020: (7% da receita arrecadada do exercício anterior: 2019)	R\$ 9.566.668,30
Valor total repassado:	R\$ 9.566.668,30

\*Elaborado pelo controle interno com base em demonstrativo recebido pela contabilidade.

O valor do repasse do duodécimo recebido pela Câmara Municipal no exercício de 2020 está em conformidade com as normas legais, conforme exposto na tabela acima. Ressalta-se que foram efetuadas devoluções ao Executivo no valor de **R\$ 2.317.270,23** (dois milhões, trezentos e dezessete mil, duzentos e setenta reais e vinte e três centavos) a título de transferência financeira concedida, **devolução de duodécimo**.

## 2.2. Análise Financeira:



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

RECEITA	
Receita estimada para o período conforme Lei Orçamentária Anual - Lei 3.063/2019, aprovada em 02 de dezembro de 2019	<b>R\$ 8.507.000,00</b>
Valor repassado no exercício conforme art. 29-A CF/1988	R\$ 9.566.668,30
Receita extraorçamentária no período	R\$ 1.390.078,48
Saldo em espécie do exercício anterior	R\$ 224.281,40
<b>RECEITA TOTAL:</b>	<b>R\$ 11.181.028,18</b>

DESPESA	
Despesa autorizada para o período conforme Lei Orçamentária Anual - Lei 3.063/2019, aprovada em 02 de dezembro de 2019.	<b>R\$ 8.507.000,00</b>
Despesa empenhada no período	R\$ 7.235.301,66
Transferência financeira concedida - devolução de duodécimo	R\$ 2.317.270,23
Despesa extraorçamentária no período	R\$ 1.555.667,98
Saldo em espécie para o exercício seguinte	R\$ 72.788,31
<b>DESPESA TOTAL:</b>	<b>R\$ 11.181.028,18</b>

\*Elaborado pelo controle interno, substanciado pela análise do demonstrativo Balanço Financeiro do Exercício.

O planejamento governamental é de responsabilidade institucional da Câmara Municipal e tem como objetivo principal controlar os gastos públicos, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como, realizar o acompanhamento da execução orçamentária.

Conforme exposto pode-se observar que o gestor atuou em conformidade com os dispositivos legais no tocante ao controle orçamentário, tendo contraído obrigações inferiores à receita recebida. Os repasses recebidos estiveram em conformidade com o disposto na legislação. Além disso, destaca-se que o valor registrado em **restos a pagar** do exercício foi de **R\$**



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

**41.421,67** (quarenta e um mil, quatrocentos e vinte e um reais e sessenta e sete centavos), sendo R\$ 2.003,25 (dois mil e três reais e vinte e cinco centavos) restos a pagar **processados** e R\$ 39.418,42 (trinta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos) restos a pagar **não processados**. O montante ficou respaldado pelas disponibilidades financeiras deixadas em caixa para seu devido cumprimento, conforme artigo nº 42, Lei Complementar nº 101/2000.

A disponibilidade financeira em dezembro de 2020 foi de **R\$ 75.827,18** (setenta e cinco mil, oitocentos e vinte e sete reais e dezoito centavos) conforme extrato bancário verificado, estando assim, portanto, regular quanto aos restos deixados a pagar, que são inferiores. Nesse contexto, destaca-se que não houve despesa sem empenho, todas as despesas tiveram nota de empenho emitida. Ainda nesse sentido, ressalta-se que o saldo contábil do exercício foi de **R\$ 72.788,31** (setenta e dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos), resultando em uma diferença de **R\$ 3.038,87** (três mil, trinta e oito reais e oitenta e sete centavos) do saldo financeiro (R\$ 75.827,18), que se justifica por um **cheque em trânsito** no valor de **R\$ 3.038,87**, devidamente elucidado por nota explicativa.

As disponibilidades financeiras foram depositadas em uma instituição oficial: Banco Banestes S/A, conta corrente nº143678-1, agência nº0092 - e estão em conformidade com as demonstrações financeiras. Não houve, no exercício de 2020, negociação de dívida pública.

O princípio da **segregação de funções** é observado, posto que as atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações estão devidamente distribuídos entre os níveis hierárquicos constantes no organograma.



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

### 2.3. Créditos Adicionais

A Lei Orçamentária Anual vigente no exercício- Lei nº 3.063/2019, de 02 dezembro de 2019, em seu artigo 4º, inciso I, autoriza o Legislativo a suplementar em até 30% a dotação orçamentária prevista no orçamento para o exercício.

CRÉDITOS ADICIONAIS							
Data	N° Lei	Tipo movimento	Natureza do crédito	Ficha Suplementada	Valor suplementado	Ficha Anulada	Valor Anulado
03/02/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000011	R\$ 500.000,00	0000001	R\$ 500.000,00
29/06/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000010	R\$ 100.000,00	0000001	R\$ 100.000,00
29/02/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000011	R\$ 150.000,00	0000001	R\$ 150.000,00
10/08/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000005	R\$ 10.000,00	0000014	R\$ 10.000,00
10/08/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000005	R\$ 10.000,00	0000009	R\$ 10.000,00
10/08/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000005	R\$ 20.000,00	0000006	R\$ 20.000,00
10/08/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000005	R\$ 16.000,00	0000007	R\$ 16.000,00
10/08/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000013	R\$ 178.450,00	0000001	R\$ 178.450,00
10/08/2020	3.063/2019	Movimentação de crédito		0000013	R\$ 44.000,00	0000007	R\$ 44.000,00
10/08/2020	3.063/2019	Movimentação de crédito		0000013	R\$ 110.000,00	0000010	R\$ 110.000,00
10/08/2020	3.063/2019	Movimentação de crédito		0000013	R\$ 21.550,00	0000012	R\$ 21.550,00
02/12/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	Suplementação de outra UG*		0000002	R\$ 400.000,00
02/12/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	Suplementação de outra UG*		0000007	R\$ 10.000,00
02/12/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	Suplementação de outra UG*		0000017	R\$ 50.000,00
02/12/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	Suplementação de outra UG*		0000013	R\$ 300.000,00
22/12/2020	3.063/2019	C. adicional	Suplementar	0000004	R\$ 10.634,05	0000002	R\$ 10.634,05
22/12/2020	3.063/2019	Movimentação de crédito		0000001	R\$ 23.015,57	0000002	R\$ 23.015,57
22/12/2020	3.063/2019	Movimentação de crédito		0000003	R\$ 16.718,30	0000002	R\$ 16.718,30
TOTAL							R\$ 1.970.367,92



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

Suplementação de outra UG*- vide Decreto nº 0000173/2020, de 2 de dezembro de 2020, expedido pelo poder executivo municipal.	(R\$ 760.000,00)
TOTAL SUPLEMENTADO:	R\$ 1.210.367,92

\*Extraído do demonstrativo de créditos adicionais emitido pela contabilidade.

## 2.4. Aplicações financeiras

Não houve rendimentos de aplicações financeiras apropriados no período.

## 2.5. Gastos com pessoal

Obedecendo ao índice previsto no §1º do artigo 29-A da Constituição Federal, vejamos conforme o quadro abaixo os valores gastos com pessoal:

Limite Constitucional - Artigo 29-A, §1º CF/1988	
Transferências recebidas – Duodécimos	R\$ 9.566.668,30
70% do total de Duodécimos - limite gastos com pessoal	R\$ 6.696.667,81
Despesa com folha de pagamento	R\$ 5.543.475,08
% limite gasto com folha de pagamento	70,00%
% gastos com folha de pagamento	57,94%

\*Elaborado pelo Controle Interno com base na legislação pertinente e em demonstrativos fornecidos pela contabilidade.

Também foi atendido a Lei Complementar nº 101/2000, em seu artigo 54 e artigo 55, inciso I, alínea “a”, quando o total da despesa líquida com pessoal nos últimos meses atingiu o percentual de 2,24% (dois vírgula vinte e quatro por cento), conforme demonstrado abaixo:

Limite Lei Complementar N° 101/2000 -Artigo 54; alínea a, inciso I, artigo 55 – LRF	
Receita Corrente Líquida - RCL	R\$ 246.310.167,11
Limite máximo -( 6%*RCL)	R\$ 14.778.610,03
Limite prudencial -(5,7%*RCL)	R\$ 14.039.679,53





CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

Limite de alerta - (5,4%*RCL)	R\$ 13.300.749,02
Despesa com pessoal realizada no exercício - de acordo com a <b>LRF</b> :	R\$ 5.511.756,78
% atingido:	<b>2,24%</b>

\*Elaborado pelo controle interno com dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal publicado no Diário Oficial dos Municípios na data de 29 de janeiro de 2021.

Verificados os quadros acima, constata-se que os limites para despesa com pessoal foram observados no exercício, não sendo necessária nenhuma medida de contenção de despesa, nem limitação de empenho. Ainda nesse contexto, na Lei nº 3.048/2019, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020-**LDO**, em seu artigo nº 26, **consta autorização específica** para alterações e disposições relativas a despesas com pessoal e encargos.

Quanto à expedição de atos de pessoal nos últimos 180 dias de mandato, normatizada pelo artigo 21, da Lei Complementar nº101/2000, período que ocorreu no ano de 2020, houve a publicação da Lei nº 3.137/2020, de 28 de dezembro de 2020, que dispõe sobre alteração do artigo 20 da Lei Municipal nº 2.908, de 13 de março de 2018, e dá outras providências, versando sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal, entrando em vigor na data de sua publicação, observando o disposto na Lei Complementar n.º173/2020, de modo a não alterar o custeio com pessoal no ano de 2021.

Em 16 de dezembro de 2020, houve convocação do Concurso Público realizado pela Câmara, por meio do Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro - IDIB, conforme Edital Nº 001/2018, e Homologação publicada no Diário do IDEP – Edição nº 842, em 21 de Dezembro de 2018, para preenchimento de Cargos de Provimento Efetivo, em decorrência de desistências ocorridas, portanto cargos vagos já existentes na estrutura,



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

constantes na Lei nº 2.908/2018.

## **2.6. Subsídios dos vereadores**

A Constituição instituiu a exclusividade do subsídio, um valor único a ser pago em retribuição aos serviços prestados pelos agentes políticos. Dessa forma, prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores receberão parcela única em subsídio, não fazendo jus a qualquer outro tipo de remuneração, excluindo as despesas de caráter indenizatório.

A Constituição Federal/1988 estabelece em seu artigo 29, inciso VI, que o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: *alínea: c)* em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

Atendendo ao dispositivo legal, a Lei Municipal nº 2.090/2008, de 8 de outubro de 2008, fixou o subsídio do vereador em **R\$ 4.953,00** (quatro mil, novecentos e cinquenta e três reais), e para o Presidente, além do subsídio, uma verba de representação de 25% sobre o subsídio do prefeito, assegurada a revisão geral anual. A Lei nº 2.502/2012, de 18 de dezembro de 2012, dispõe sobre a revisão geral anual concedida aos servidores da Câmara Municipal, estabelecendo o mês de março para o reajuste. Não houve revisão geral anual dos servidores no município de Viana no exercício 2020, portanto os vereadores não tiveram reajuste neste exercício.

Considerando o percentual populacional tem se que a população do município, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

IBGE, no ano de 2020, foi estimada em 79.500 habitantes, logo a base de cálculo para a fixação do subsídio dos vereadores é 40% do subsídio dos deputados estaduais, estando assim em conformidade, vide tabela abaixo:

Limite constitucional	
Subsídio do Deputado Estadual - Base referencial individual (Lei N° 10.317/2014-ALES)	R\$ 25.322,25
Artigo 29-A, limite máximo: 40% do subsídio mensal do deputado estadual.	R\$ 10.128,90
Valor do subsídio mensal pago no exercício:	R\$ 4.953,00
Limite %	40,00%
Limite utilizado %	19,55%

\*Elaborado pelo controle interno com base em legislação e verificação documental.

Ainda no tocante ao disposto na CF/1988, o inciso VII, do artigo 29, destaca que o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do município.

Limite constitucional	
Receita do Município - Base referencial receita orçamentária- LOA 2020	R\$ 273.518.960,02
Limite: 5%da receita orçamentária	R\$ 13.675.948,00
Gasto total com subsídios dos vereadores no período	R\$ 676.744,90

\*Elaborado pelo controle interno com base em verificação documental e demonstrativos fornecidos pela contabilidade.

## 2.7. Relatório de Gestão Fiscal

O relatório de gestão fiscal, exigido pelo artigo 54, da Lei Complementar n° 101/2000, foi publicado quadrimestralmente conforme dispositivo legal, estando em conformidade com o exigido, tais como demais publicações de atos administrativos praticados pelo Legislativo, conforme consta nos arquivos da Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

## **2.8. Controle de bens patrimoniais**

Os bens patrimoniais que se encontram sob a guarda do Poder Legislativo estão devidamente incorporados e etiquetados, sendo compatíveis com os registros contábeis. O registro e controle é realizado de forma organizada pelo setor de almoxarifado/patrimônio e pela contabilidade, trabalha-se de forma conjunta visando maior eficiência e eficácia do sistema, tendo por base a troca de informações constantes e consistentes. Não houve, no ano de 2020, a necessidade de providências por parte do gestor por danos causados ao erário público.

## **2.9. Gestão previdenciária**

A Câmara Municipal de Viana **repassou** todas as contribuições previdenciárias, patronal e do servidor, da competência do exercício de 2020, vincendas no exercício.

Ressalta-se que as contribuições, patronal e dos servidores, da competência do mês de Dezembro/2020 foram reconhecidas e liquidadas dentro do próprio exercício.

Não existe aporte financeiro e atuarial no exercício 2020 e foram pagas 12 parcelas do contrato de parcelamento efetuado junto ao IPREVI - Instituto de Previdência Viana/ES, conforme acordo firmado.

Foram detalhadas mensalmente as despesas pagas das obrigações patronais junto ao INSS, distinguindo os valores repassados da parte do empregado (descontada do servidor) e da parte do empregador (22%).

### **Quadro 1: Comparativo da despesa**



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA EXERCÍCIOS 2018, 2019 e 2020			
Exercício	2018	2019	2020
<b>Despesa Corrente</b>	R\$ 6.705.149,94	R\$ 6.720.029,95	R\$ 7.129.248,57
<b>Despesa de Capital</b>	R\$ 77.684,75	R\$ 154.036,05	R\$ 64.631,42
<b>Total:</b>	<b>R\$ 6.782.834,69</b>	<b>R\$ 6.874.066,00</b>	<b>R\$ 7.193.879,99</b>

\*Elaborado pelo controle interno com base em demonstrativos contábeis recebidos.

### 3. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinados os pontos de controle selecionados constantes na prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Fábio Luiz Dias, gestor da Câmara Municipal de Viana, relativa ao exercício de 2020.

O relatório foi elaborado dando ênfase a aspectos que se julgaram mais importantes no contexto que está inserido, se voltando mais para as informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, e os procedimentos operacionais efetuados no dia a dia por servidores e vereadores.

A responsabilidade do controle interno reside na coordenação técnica dos trabalhos administrativos executados, com observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise do controle quanto à relação custo-benefício e quanto à verificação dos controles já constituídos.

No que se refere aos documentos enviados pela Câmara Municipal de Viana, para prestação de contas anual, os arquivos estão em compatibilidade ao que foi requerido pela Instrução Normativa nº 68/2020 TCE-ES.

Pela documentação analisada e procedimentos operacionais que foram acompanhados, tendo por base relatórios simplificados e informações recebidas da



CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
Plenário João Paulo II

contabilidade da Câmara, bem como de outros setores pertinentes, tais procedimentos e informações se encontram regulares.

Em minha opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados para avaliação e manifestação, a referida prestação de contas se encontra **regular**.

Destaco que assumi efetivamente o cargo de controladora na data de **17 de fevereiro de 2021**, Portaria Gabinete nº 025/2021, de 15 de janeiro de 2021, respondendo desde então pelas funções e atribuições do cargo.

**Viana-ES, 24 de março de 2021.**

**Gicelly Butzke Vieira**  
**Controladora - matrícula: 1340**